

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **APELAÇÃO CÍVEL**
PROCESSO Nº: **0303005-3**
APELANTE: **EMPRESA AUTO VIAÇÃO PROGRESSO S/A e OUTRO**
APELADO: **YASMIN RADJANE GUILHERME SILVA e OUTRO**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

EMENTA

CIVIL E PROCESSO CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PROCEDÊNCIA. NEGATIVA DE CONCESSÃO DE PASSAGEM GRATUTA. MENOR DEFICIENTE. LEI Nº 8.899/94. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. NEGATIVA DE PROVIMENTO AOS RECURSOS INTERPOSTOS.

- Trata-se de Apelações manejadas pelas partes em face de sentença que julgou procedente os pleitos autorais, reconhecendo os danos morais, fixando-os no importe de R\$ 3.000,00, em razão da injusta negativa do direito da autora, menor deficiente, à gratuidade da passagem de ônibus, com esteio no art. 1º da Lei 8.899/94;
- A empresa de ônibus apelante não se desonerou de seu ônus probatório, não desconstituindo o direito afirmado pela apelada, exsurgindo dos autos a falha na prestação dos serviços prestados, não agindo de forma diligente no atendimento a disposição normativa do art. 1º da Lei 8.899/94, que impõe o passe livre às pessoas portadoras de deficiência. Danos morais que decorrem da veracidade dos fatos ilícitos potencialmente lesivos. Apelação da Demandada a que se negou provimento;
- Recurso igualmente interposto pela autora para aumento do *quantum* indenizatório, a que se negou provimento, ante a proporcionalidade e razoabilidade do valor fixado, sem perder de vista o caráter pedagógico da condenação, configurando-se adequada e em consonância com a jurisprudência pátria o valor fixado em R\$ 3.000,00 (três mil reais);
- Manutenção da sentença guerreada;
- Recursos improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos a presente Apelação, tombada sob o nº 0303005-3 em que figuraram como apelantes EMPRESA AUTO VIAÇÃO PROGRESSO S/A e YASMIN RADJANY GUILHERME, ACORDAM à unanimidade, os Desembargadores integrantes da 3ª Câmara Cível em **VOTO** pela **NEGATIVA DE PROVIMENTO** às apelações interpostas, mantendo a sentença recorrida em todos os seus termos, tudo em conformidade com o termo do julgamento e o voto do Relator que, revisto e rubricado, passa a integrar o julgado.

Recife, 03 de junho de 2014.


Des. ITABIRA DE BRITO FILHO
- Relator

206

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **APELAÇÃO CÍVEL**
PROCESSO Nº: **0303005-3**
APELANTE: **EMPRESA AUTO VIAÇÃO PROGRESSO S/A e OUTRO**
APELADO: **YASMIN RADJANE GUILHERME SILVA e OUTRO**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

RELATÓRIO

Trata-se de dois Recursos Apelatórios interpostos por ambas as partes, EMPRESA AUTO VIAÇÃO PROGRESSO S/A e YASMIN RADJANE GUILHERME SILVA, em face da sentença de fls. 136/140 da lavra do MM. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Caruaru, nos autos da Ação Indenizatória, tombada sob o nº 0006025-16.2011.8.17.0480.

Numa sinopse fática, narra a atrial que a autora é portadora de retardo mental moderado e como tal possui o direito de viajar gratuitamente nos serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros, com fulcro no art. 1º da Lei 8.899/94. Todavia, afirma que em 06/03/2011, em viagem para Maceió/AL, a empresa demandada teria violado tal norma, ao negar-se a fornecer sua passagem gratuitamente, ao argumento da indisponibilidade de vagas.

No entanto, ao entrarem no ônibus, os genitores da demandante observaram que aproximadamente 80% (oitenta por cento) das poltronas estavam vazias (documentos fotográficos fls. 33/40), levando-os a concluir pela conduta ilegal e abusiva da empresa demandada, socorrendo-se, assim, ao Judiciário para reparação dos danos extrapatrimoniais narrados.

Comportando o feito julgamento antecipado, nos termos do artigo 330, inciso I do CPC, o Douto Julgador proferiu sentença em dois capítulos: condenou o recorrente em danos morais, arbitrando-os no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), corrigido pela tabela da ENCOGE, mais juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir do evento danoso. Por fim, impôs condenação em custas processuais mais honorários advocatícios, arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da condenação.

Inconformado, a empresa recorrente interpôs o presente recurso às fls. 152/161, formulando uma cumulação imprópria de pedidos, arguindo como causa de pedir um *error in iudicando*, pugnando pela reforma da sentença em sua integralidade, ou alternativamente, a redução do *quantum* indenizatório. Igualmente, interpôs a autora recurso apelatório, pugnando em suma pela majoração do valor condenatório para R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Instada a contrarrazoar, a parte autora/apelada se posicionou no sentido de ser mantida, *in totum*, a insigne sentença proferida pelo magistrado de piso. Sem contrarrazões pela Demandada.

É o relatório.

Recife, 26.02.2016.

DES. ITABIRA DE BRITO FILHO - Relator-

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **APELAÇÃO CÍVEL**
PROCESSO Nº: **0303005-3**
APELANTE: **EMPRESA AUTO VIAÇÃO PROGRESSO S/A e OUTRO**
APELADO: **YASMIN RADJANE GUILHERME SILVA e OUTRO**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

VOTO:

Ab initio, concluiu esta Relatoria que estão presentes todos os pressupostos legais de admissibilidade dos recursos interpostos pelos recorrentes, pelo que se passa ao mérito destes.

Apelação da Empresa Auto Viação Progresso S/A

Da análise percuciente dos autos, concluiu esta Relatoria que os argumentos trazidos no presente Recurso são inoportunos, não merecendo guarida.

O cerne da questão recursal, em apertada síntese, gravita quanto ao capítulo da sentença de condenação em danos morais, fixando-os no importe de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Mergulhando diretamente na questão meritória, é irrefutável a falha nos serviços prestados pela empresa Apelante, lastreando-se a sentença vergastada na conduta ilegal da recorrente de negativa da concessão do passe livre à autora portadora de deficiência.

Das provas carreadas aos autos, é fato incontroverso, dispensando maiores delongas, que a parte apelada teve negada a oferta da passagem para seu transporte rodoviário, destacando-se das imagens de fls. 33/40 a veracidade dos pouquíssimos assentos ocupados.

Em contraponto, a empresa recorrente suscita que houve culpa exclusiva da vítima, não tendo esta adquirido sua passagem com a antecedência mínima necessária, resultando na indisponibilidade das duas poltronas reservadas para deficientes. Afirma, ademais, que o art. 1º da Lei 8899/94, restringido pelo art. 1º do Decreto 3691/00, impõe a obrigação do passe livre ao deficiente apenas em ônibus da categoria convencional, não sendo dita obrigação destinada a passagens em ônibus executivo ou leito.

Primeiramente, é de se impor uma premissa incontestada: a relação controvertida é de consumo, devendo incidir na espécie a Lei 8.078/90, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor.

In casu, os fatos narrados na vestibular mostram-se incontroversos, vez que não contestados pela recorrente. Assim, não se desonerando de seu ônus probatório, a empresa de ônibus apelante não desconstituiu o direito afirmado pela apelada, exurgindo a falha na prestação dos serviços prestados pela transportadora que não agiu diligentemente, tampouco fez prova da indisponibilidade de assentos para deficientes, ou sua anterior alienação para outros de mesma categoria. Ao contrário, limita-se a afirmar que a requisição do passe

214.

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

livre foi feita intempestivamente pela autora e que, portanto, os dois assentos reservados já teriam sido ocupados.

Ademais, faz afirmações contraditórias: primeiramente alega a indisponibilidade de assentos para deficientes, pois teria a apelada pleiteado tal benefício tardiamente; em um segundo momento, afirma que não há a oferta do passe livre para o deficiente na categoria executiva ou leito, como afirma que era o ônibus em que os autores pleiteavam embarcar.

De toda sorte, não se impõe demonstrar o reflexo patrimonial suportado em concreto, pois para afastar a responsabilidade da empresa recorrente seria necessário provar a inexistência na falha dos serviços prestado, o que não se operou na hipótese, considerando que houve negativa da oferta de vaga para a deficiente autora no ônibus da empresa Demandada, em notória ofensa à imposição normativa do art. 1º da Lei 8.899/94.

Dessa maneira, ausente qualquer excludente do art. 14, §3º do CDC, impera a responsabilidade objetiva da empresa de ônibus apelante, ante a falha inequívoca na prestação de seus serviços perante seu consumidor suplicante.

Nesse sentido, é remansosa a jurisprudência das Cortes pátrias, ilustrada através do julgado abaixo transcrito, *verbis*:

CIVIL - DANOS MORAIS - **NEGATIVA NA CONCESSÃO DE PASSE LIVRE EM VIAGEM INTERESTADUAL** - TRANSPORTE IRREGULAR - INDENIZAÇÃO DEVIDA. 1. AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA É ASSEGURADO O **PASSE LIVRE** PREVISTO NA LEI Nº 8.899 /94, MESMO SENDO O TRANSPORTE **INTERESTADUAL** IRREGULAR. 2. A **NEGATIVA DE CONCESSÃO DO BILHETE LIVRE** AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA CARACTERIZA O DANO MORAL, POIS TAL ATO ENSEJA CONSTRANGIMENTOS E CONTRATEMPOS, OCASIONANDO, POR CONSEQUÊNCIA, A OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR OS DANOS POR ELE SUPORTADOS. 3. APELAÇÃO IMPROVIDA. MAIORIA
(ACJ 20070910223837 DF, Rel JOÃO DA MATTA E SILVA, DJU 09/01/2009 Pág. : 146)

Nos dizeres da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento RMS 13084 / CE, assim se pronunciou:

"O tratamento diferenciado dispensado aos deficientes físicos configura princípio constitucional que procura, por meio de tratamento distinto, promover-lhes a integração na sociedade. O princípio da isonomia, ao invés de ser infringido, é prestigiado, conforme os postulados da igualdade material que atualmente consubstancia."

215.

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

Igualmente, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já sedimentou o entendimento de não ser necessária a prova do dano moral, decorrendo esta da veracidade dos fatos ilícitos potencialmente lesivos, como é a hipótese dos autos.

Reportando-se ao caso em testilha, percebe-se que a apelada comprovou a recusa ilegítima por parte da apelante em conceder-lhe a gratuidade nas passagens de transporte coletivo, violando, portanto, direito assegurado legamente, circunstância apta a causar-lhe prejuízo de ordem moral.

No entender de Carlos Bittar: "na concepção moderna da teoria da reparação de danos morais prevalece, de início, a orientação de que a responsabilidade do agente se opera por força do simples fato da violação. Com isso, verificado o evento danoso, surge, ipso facto, a necessidade de reparação, uma vez presentes os pressupostos de direito." (in *Reparação Civil por Danos Morais*, RT – 1993, pág. 202).

Dessa maneira, não merecem acolhimento as razões recursais, pelo que nego provimento ao recurso apelatório da recorrente Empresa Auto Viação Progresso S/A.

Apelação de Yasmin Radjane Guilherme Silva

O cerne da questão recursal da autora cinge-se à reforma do capítulo da sentença que cuidou de fixar o *quantum* indenizatório em R\$ 3.000,00 (três mil reais), a fim de majorá-lo para R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Igualmente não merece reparação a sentença. Em atendimento aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade quanto ao valor a ser pago e o dano amargado pela apelada, sem perder de vista o caráter pedagógico da condenação, considerando o caso concreto e suas devidas peculiaridades, entendo que o montante arbitrado pelo Juízo monocrático em R\$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, configura-se adequado e em consonância com a jurisprudência pátria.

Nesta esteira, entendimento das Cortes pátrias através do ilustrativo julgado, conforme arrestos transcritos abaixo:

EMENTA: CONSTITUCIONAL. APELAÇÕES CÍVEIS. SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS. INSTITUIÇÃO DE GRATUIDADE. INCIDÊNCIA DE PRINCÍPIOS FIXADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ESTATUTO DO IDOSO . DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIÇOS CONVENCIONAIS E ESPECIAIS PELA EMPRESA. CONCESSIONÁRIA QUE NÃO DEVE SER COMPELIDA AO FORNECIMENTO DE GRATUIDADE EM AMBAS AS LINHAS. PRINCÍPIO DA ISONOMIA E DA LIVRE INICIATIVA. DEMONSTRAÇÃO DAS CONDIÇÕES QUE DETERMINARIAM O DEFERIMENTO DA GRATUIDADE APENAS NO SERVIÇO CONVENCIONAL. NEGATIVA IRREGULAR. DANO MORAL

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

CONFIGURADO. VIOLAÇÃO A DIREITO
CONSTITUCIONALMENTE PREVISTO. VALOR
INDENIZATÓRIO FIXADO PROPORCIONALMENTE AO
GRAVAME SOFRIDO PELA RECORRIDA. APELO
INTERPOSTO PELA VIAÇÃO NORDESTE LTDA
CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
DESPROVIMENTO DO APELO INTERPOSTO PELA CIA.
SÃO GERALDO DE VIAÇÃO.

Danos morais fixados em R\$ 1.500,00 (um mil e
quinhentos reais)

(TJRN, AP 123357, Des. Expedito Ferreira, 26/05/09)

Entendo, portanto, pela razoabilidade do valor arbitrado na
sentença ora recorrida no montante de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Nessa senda, irretocável, portanto, a decisão do juízo de
primeiro grau, pelo que a mantenho em todos os seus termos.

Por toda fundamentação acima, que tomo como razões para
decidir, conheço dos recursos manejados e **VOTO** pela **NEGATIVA DE
PROVIMENTO** das apelações interpostas pela EMPRESA AUTO VIAÇÃO
PROGRESSO S/A e YASMIN RADJANE GUILHERME SILVA, mantendo a
sentença recorrida em todos os seus termos.

É o meu voto Srs. Desembargadores.

Recife, 03 - 06 - 2014.


ITABIRA DE BRITO FILHO
-Relator -



3ª CÂMARA CÍVEL	
Apelação Cível Nº 0006025-16.2011.8.17.0480 (0303005-3)	
Comarca:	Caruaru – 2ª Vara Cível
Apelantes:	Y.R.G.S. (Criança/Adolescente) E OUTRO
Apelados:	AUTO VIAÇÃO PROGRESSO E OUTRO
Relator:	Des. Itabira de Brito Filho
Revisor:	Des. Bartolomeu Bueno
VOTO REVISOR	

Trata-se de apelações (fls. 142/150 e fls. 152/161) interpostas por ambas as partes litigantes, em face da sentença (fls. 136/140) proferida pelo juízo da 2ª Vara Cível de Caruaru, em sede de ação de indenização por danos morais, que julgou procedente o pleito autoral, arbitrando os danos morais em R\$3.000,00 (três mil reais).

Consoante narrado na exordial, a autora, adolescente portadora de retardo mental, tem direito ao “passe livre” instituído na Lei nº 8.899/94, podendo utilizar-se gratuitamente dos serviços de transporte interestadual de passageiros. Não obstante, segundo a demandante, a ré, Auto Viação Progresso, recusou-se a lhe fornecer o transporte de ônibus gratuito, no trecho de viagem de Caruaru a Maceió.

O cerne da lide, portanto, consiste em verificar se há dano moral a ser indenizado decorrente de conduta ilícita supostamente praticada pela empresa transportadora.

APELAÇÃO DA RÉ

Aduz a empresa transportadora que não houve conduta ilícita de sua parte, uma vez que só teria a obrigação de reservar 2 (duas) poltronas gratuitas aos portadores de deficiência, as quais já se encontravam ocupadas quando a autora se apresentou para adquirir sua passagem.

Outrossim, alega que, além de não ter solicitado a passagem com a antecedência exigida pela legislação, a demandante pretendia realizar a viagem em ônibus executivo, quando, em verdade, a empresa só está obrigada a conceder a gratuidade em ônibus de categoria convencional.

Não obstante, limitou-se a Auto Viação Progresso a fazer tais alegações, sem, contudo, se desincumbir do ônus de provar o alegado. E, conforme dispõe o art.

333, pertence ao réu o ônus de provar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor.

A empresa apelante não diligenciou no sentido de apresentar qualquer tipo de prova de que os dois assentos reservados a portadores de deficiência já estavam ocupados quando a autora solicitou a passagem gratuita. E vale ressaltar que, de acordo com os bilhetes impressos pela própria empresa, a solicitante compareceu com 1 dia de antecedência à data de embarque para adquirir o bilhete, isto é, no dia 5/03/2011, para embarcar no dia seguinte, 6/03/2011 (fl. 29).

Também não conseguiu a empresa recorrente provar a categoria do ônibus no qual viajou a demandante, não apontando nenhum elemento que pudesse indicar se tratar de um ônibus executivo, como alegou. E nem nos bilhetes de passagem (fl. 29) há qualquer dado que informe o tipo do ônibus.

A parte autora, por outro lado, logrou comprovar que, apesar de possuir o direito à gratuidade do transporte, precisou pagar pelo bilhete no trecho de Caruaru a Maceió (fl. 29), mesmo para viajar em um ônibus que não estava com a lotação completa, como demonstram as fotos acostadas às fls. 33, 36 e 40.

Por todo o exposto, constata-se que a recusa da empresa em fornecer a passagem gratuita à portadora de deficiência consistiu em conduta contrária à lei, e apta a ensejar a indenização por danos morais.

É inquestionável a situação de vexame e humilhação a que foram submetidos a adolescente e seus pais, ao verem impedida a realização de um direito expressamente previsto em lei, por conduta abusiva da Auto Viação Progresso, em desrespeito à dignidade da pessoa humana e à especial proteção conferida pela Constituição ao jovem portador de deficiência (art. 227, §1º, II, CF).

Quanto à verba indenizatória, arbitrada em R\$3.000,00 (três mil reais), seu valor não está, absolutamente, exacerbado. Fixá-la a menor seria arbitrar um valor ínfimo, incapaz de cumprir adequadamente as funções reparatória e pedagógica que deve possuir a indenização por dano moral. Ademais, está em pleno acordo com a situação financeira da empresa apelante, e não gerará o enriquecimento ilícito da parte ofendida.



APELAÇÃO DA AUTORA

Em primeiro lugar, cumpre registrar que não se deve conhecer do recurso adesivo da autora às fls. 174/180, uma vez operada a preclusão consumativa com a interposição da apelação às fls. 142/150.

Compulsando as razões da apelação, verifica-se que a demandante se insurge tão somente quanto ao valor da indenização arbitrada pelo magistrado sentenciante, postulando a majoração para R\$10.000,00 (dez mil reais).

Porém, não merece guarida a irresignação desta recorrente.


Não obstante reconhecida a existência do dano moral, considerando as variáveis deste caso concreto, bem como em observância às condições sócio-econômicas da vítima e do ofensor, entendo que a quantia fixada pelo juízo singular, em R\$3.000,00 (três mil reais) atende, de forma razoável e proporcional, ao intuito compensatório e pedagógico que deve prevalecer no arbitramento da verba indenizatória decorrente do dano extrapatrimonial.

Ante todo o exposto, **NEGO PROVIMENTO** às apelações.

É como voto.

Recife,

3-6-2014



Desembargador Bartolomeu Bueno

REVISOR